Relatório de Atividades 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

15 ANOS

Em 2018, o ETCO-Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial completou quinze anos de atuação em defesa da ética, da legalidade, de condições de igualdade competitiva e da melhoria do ambiente de negócios no País.

Este Relatório, nosso principal instrumento de prestação de contas, apresenta as atividades que realizamos ao longo do ano para empreender a nossa missão institucional.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO 15 ANOS

Sumário

05_ Nossa missão

06_ Carta do Presidente

08_ Seminário sobre Tributação e Desenvolvimento Econômico em parceria com *o Correio Braziliense*

12 _ Seminário Segurança e Desenvolvimento em parceria com a *Folha de S.Paulo*

16 _ Contratação de pesquisa Datafolha sobre a percepção da população em relação ao contrabando

18 _ Sindicom se transforma em associação Plural e amplia seu trabalho na promoção da ética no setor de combustíveis

20_ Patrocínio ao Fórum Exame: Combate à Ilegalidade

22_ Organização do primeiro encontro da Aliança Latino-Americana Anticontrabando no Brasil

26_ Apoio a pesquisa e seminário sobre 10 medidas contra o mercado ilegal

30_ Apoio à divulgação de pesquisa Ibope sobre contrabando de cigarros

32_ Realização de pesquisa sobre evolução da economia informal

34_ Apoio ao Pró-Ética para valorizar o compliance nas empresas

34_ Campanha para promover a ética no varejo

36_ Apoio ao PLS 284/17 para combater o devedor contumaz de tributos

38_ Manifestos sobre Tributação e Segurança entregues aos candidatos presidenciais

40_ Projetos para as eleições em parceria com a *Folha de S.Paulo* e a revista *Veja*

41 _ Comunicação

44_ Agenda

46_ Nossas principais realizações em quinze anos

48_ Conselhos orientam e supervisionam a atuação do ETCO

Nossa missão

Fundado em 2003, o ETCO-Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que promove a integridade no ambiente de negócios. Acreditamos que a concorrência leal constitui um dos principais alicerces do desenvolvimento econômico e da construção de uma nação mais forte e mais justa. Nossa missão é identificar, discutir, propor e apoiar iniciativas para fortalecer a ética e reduzir práticas ilícitas que provocam desequilíbrios no mercado. O ETCO é mantido por empresas e associações comprometidas com a causa da concorrência leal.

Como atuamos

ESTUDOS: Patrocinamos pesquisas e análises para compreender melhor as causas dos desvios de conduta e orientar na busca de soluções.

AÇÕES: Apresentamos propostas e apoiamos iniciativas para prevenir as práticas ilícitas, aperfeiçoar as leis e assegurar o seu cumprimento.

EDUCAÇÃO: Fazemos e apoiamos seminários, publicações e campanhas para conscientizar a opinião pública sobre a importância de cumprir a lei e as consequências nocivas da concorrência desleal para o País.

Nosso 15º ano em defesa da ética e da legalidade

Um princípio norteia a atuação do ETCO desde a sua fundação, em 2003. Nós acreditamos que a defesa da ética e da legalidade, além de ser um dos fundamentos da convivência harmoniosa entre as pessoas e as instituições, constitui condição fundamental para o desenvolvimento econômico de uma nação. Empresas precisam de regras claras, segurança jurídica e garantia de que todos cumprirão a lei para fazer os investimentos que movimentam a economia, produzem riqueza e geram emprego e renda para a população.

Infelizmente, o Brasil ainda se encontra longe dessas condições, e o caminho para alcançá-las depende muito do poder público. Por essa razão, em 2018, quando completamos quinze anos do ETCO, nosso foco esteve voltado principalmente para as eleições que escolheriam nossos novos representantes. Realizamos vários projetos com o objetivo de trazer para o debate público questões relacionadas com o fortalecimento do ambiente de negócios, como a necessidade de simplificação tributária e o combate à sonegação fiscal, ao mercado ilícito, à adulteração de produtos e a outras práticas desonestas que desequilibram o mercado e desestimulam investimentos.

Elaboramos dois manifestos com propostas para aperfeiçoar o sistema tributário e a segurança pública em pontos que hoje representam brechas perigosas para a multiplicação de negócios ilícitos e criminosos. Levamos os documentos diretamente aos principais postulantes à presidência da República, enfatizando a urgência de o Brasil demonstrar ao mundo que pretende figurar entre as nações que não poupam esforços para fazer valer a lei e a ética em seu ambiente concorrencial.

Paralelamente, realizamos seminários em parceria com grandes veículos de comunicação, como os jornais Folha de S.Paulo *e* Correio Braziliense *e a revista Exame, para ampliar o alcance dessas discussões, envolvendo também representantes do Legislativo. Ainda em relação às eleições, patrocinamos projetos jornalísticos da* Folha *e da revista* Veja *que levaram aos principais candidatos presidenciais questões sobre ética concorrencial, como controle de fronteiras, combate ao mercado ilegal e simplificação tributária, para conhecer suas opiniões, suas posições e seus compromissos – e torná-los públicos.*

Em 2018, apoiamos também estudos sobre esses temas, incluindo pesquisa de opinião sobre o contrabando e um trabalho acadêmico que apontou as medidas mais importantes para fortalecer o combate ao mercado ilícito. Produzimos mais uma rodada da pesquisa que fazemos há vários anos em parceria com a FGV/Ibre para acompanhar a evolução do mercado informal no Brasil, que mais uma vez trouxe a má notícia de que a economia subterrânea continua crescendo.

A atuação internacional do ETCO também se ampliou em 2018, com destaque para a nossa escolha como organizadores do 4º Encontro da Aliança Latino-Americana Anticontrabando (ALAC). Nosso protagonismo na realização do evento, que reuniu três ministros de Estado brasileiros e diversas lideranças dos setores público e privado dos quinze países que compõem o grupo, abriu novas portas para o ETCO. Na sequência do Encontro, fomos convidados para representar a sociedade civil brasileira em uma reunião bilateral entre os governos do Brasil e do Paraguai, em Assunção, e em uma reunião de chefes de polícia e ministros de Segurança do Mercosul, na capital do Uruguai. Em todas as ocasiões, tivemos a oportunidade de compartilhar nossa crença sobre a importância da defesa da ética e da legalidade para o desenvolvimento da região.

Edson Luiz Vismona, presidente executivo do ETCO

Seminário sobre Tributação e Desenvolvimento Econômico

em parceria com Correio Braziliense

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, abordou as questões tributárias que prejudicam o ambiente de negócios

O ETCO e o jornal *Correio Braziliense* realizaram um evento em Brasília, no dia 6 de março de 2018, para discutir os principais problemas de natureza tributária do País e apontar soluções para resolvê-los. O seminário Tributação e Desenvolvimento Econômico contou com a participação de vários especialistas, como o então secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o tributarista Everardo Maciel, o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), e o economista Raul Velloso. Os debates, gravados em vídeo e disponibilizados no site do *Correio Braziliense* (http://bit.ly/2DYbqhL), foram também resumidos em um caderno especial publicado pelo jornal, ampliando o alcance do seminário.

As várias visões apresentadas no evento convergiram para um diagnóstico comum: para voltar a crescer de forma robusta, o Brasil precisa realizar várias mudanças em seu sistema tributário, considerado injusto, confuso, trabalhoso e inseguro. E não é possível dissociar a questão tributária dos esforços para combater a concorrência desleal provocada por agentes econômicos que atuam à margem da lei, por meio de práticas como contrabando, adulteração, pirataria, falsificação e outras fraudes que lhes proporcionam vantagens ilícitas.

A seguir, alguns dos pontos importantes discutidos no evento.

Evento reuniu contribuições de grandes especialistas sobre os desafios e as melhorias necessárias no sistema tributário do País

Complexidade e descentralização tributária

Na avaliação de Jorge Rachid, parte da complexidade do sistema tributário pode ser reduzida por meio de reformas relativamente simples, como a unificação do PIS e da Cofins, no âmbito federal. As razões mais profundas, segundo ele, são bem mais difíceis de resolver e dizem respeito à descentralização tributária, que dá a estados e municípios autonomia para instituir impostos e outras taxas. "Temos que buscar o realismo: qual seria a proposta possível para gerar o sistema tributário justo com desenvolvimento econômico? Esse é o nosso desafio".

Práticas ilícitas inibem o crescimento do País

O presidente do ETCO, Edson Vismona, alertou para o fato de que sistema tributário complexo, carga tributária em muitos casos elevada e práticas ilícitas que se beneficiam do não pagamento de impostos, como contrabando e inadimplência fiscal contumaz, impedem o Brasil de voltar a crescer. "Não existe país desenvolvido que não respeite a ética e não defenda a lei", afirmou.

Os riscos da extrafiscalidade excessiva

O tributarista Everardo Maciel tratou dos limites da extrafiscalidade, prática que consiste em alterar a dose do tributo para estimular ou desincentivar determinados comportamentos na sociedade. Ele defendeu o uso comedido do mecanismo, lembrando de casos célebres que não tiveram o resultado esperado, como a forte elevação do imposto sobre tabaco no Canadá, no início dos anos 1990, que teve de ser revogada por provocar grande fluxo de contrabando de cigarro americano. "Na prática, as pessoas não vão deixar de fumar. Essa não é a via correta para induzir essa conduta. As pessoas vão para o contrabando", afirmou.

Pressão por aumento de impostos

O economista Raul Velloso analisou a questão tributária do ponto de vista da situação fiscal do governo e concluiu que, provavelmente, nos próximos anos, haverá pressão por aumento de impostos para equilibrar as contas públicas. Segundo ele, mesmo que o País volte a crescer em ritmo mais intenso, vai demorar para as contas públicas voltarem ao azul, por causa das despesas obrigatórias do Estado. "O problema é que não se consegue mexer em gasto no Brasil. É impressionante", lamentou.

Necessidade de mais controle sobre o gasto público

O ministro Augusto Nardes, do TCU, enfatizou a importância de melhorar o planejamento e o controle dos investimentos públicos e defendeu uma reforma profunda no Estado, envolvendo inclusive a redução de gastos obrigatórios, que consomem 97% das receitas públicas. Segundo ele, serão necessárias medidas duras para recuperar o poder de investimento da União.

Evasão fiscal no setor de cigarros

O gerente sênior de Planejamento Estratégico da Souza Cruz, André Portugal, apresentou um quadro preocupante do que vem ocorrendo no Brasil em relação à arrecadação fiscal do setor de tabaco: embora tenha elevado de forma expressiva a tributação do cigarro, o Estado vem recolhendo cada vez menos impostos sobre o produto. O motivo é o aumento do contrabando, cuja participação de mercado subiu de 28% em 2011 para 48% em 2017, elevando a evasão fiscal para R$ 9,7 bilhões ao ano.

Seminário sobre mercado ilegal e segurança pública

em parceria com a Folha de S.Paulo

Vismona falou sobre relação do contrabando com outros crimes

O ETCO uniu-se à *Folha de S.Paulo* na realização do seminário Segurança e Desenvolvimento, que reuniu autoridades e especialistas em segurança pública para tratar do combate ao mercado ilegal e da sua relação com a violência urbana. O evento ocorreu no dia 20 de março de 2018, em Brasília, e teve a participação do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), da senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), do deputado Efraim Filho (DEM-PB), do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, do ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, do diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Renato Dias, do secretário adjunto da Receita Federal, Paulo Ricardo Cardoso, entre outros especialistas.

A *Folha* produziu um caderno sobre o seminário e uma página na internet com os vídeos dos debates (disponível em http://bit.ly/2DYbfmB). A seguir, alguns pontos de vista defendidos no evento.

> Rota do contrabando é usada também para trazer armas e drogas ao País

Reavaliação profunda do papel do Estado

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, apontou a raiz do problema que impede o Brasil de vencer a guerra contra as organizações criminosas: a falência do Estado, que tem quase todo o orçamento comprometido com o custeio da máquina pública. "É preciso que o Estado exerça um papel mais forte nos serviços fundamentais de educação, saúde e segurança e cumpra de forma mais efetiva seu papel na regulação e fiscalização. Que deixe de abraçar todos os temas e construa com o setor privado uma verdadeira parceria para termos um crescimento sustentável a médio e longo prazo."

População também precisa ser mais ética

A senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) chamou a atenção para a responsabilidade dos cidadãos na prevenção do contrabando que sustenta o crime organizado. Ela criticou a hipocrisia de pessoas que saem de "bandeirinha na mão e vão pedir que os políticos corruptos saiam do Congresso", mas ao mesmo tempo compram produtos piratas ou fazem ligações clandestinas de TV ou internet. "Não dá para terceirizar a ética, querer que só os membros do Congresso sejam éticos", afirmou.

Todos os prejuízos do contrabando

O deputado federal Efraim Filho (DEM-PB), presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando, à Pirataria e à Falsificação, fez um poderoso resumo da importância de combater esses crimes: "O contrabando financia o crime organizado e o narcotráfico; deteriora o mercado de trabalho formal; inibe investimentos e fecha empresas que não aguentam a concorrência desleal com quem sonega impostos; gera riscos à saúde e à integridade do consumidor."

Investimentos para proteger as fronteiras

Na posição de ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen falou sobre os desafios de monitorar mais de 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres e mais de 7 mil quilômetros de fronteiras marítimas. "A própria grandeza é o primeiro grande desafio", afirmou. Etchegoyen defendeu os investimentos que o País vem fazendo em sistemas de monitoramento marítimo e terrestre e também um esforço maior de integração com os países vizinhos para o desenvolvimento conjunto de mecanismos de controle de fronteiras.

O ministro do TCU Augusto Nardes e o diretor-geral da PRF, Renato Dias, em debate intermediado pelo jornalista Fernando Canzian

> Consultor internacional alertou para o risco de que grupos terroristas como o Hezbollah estejam fazendo a lavagem de dinheiro do mercado ilegal

Focar no fluxo financeiro dos criminosos

No painel Mercado Ilegal, Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, especialistas defenderam fortalecer o trabalho de inteligência para rastrear e bloquear os fluxos financeiros dos contrabandistas. "Quando você suprime a capacidade de movimentar recursos e fazer pagamentos, as organizações criminosas sentem o baque", argumentou Antonio Carlos Ferreira de Sousa, diretor de Inteligência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

O representante da Foundation for Defense of Democracies (FDD), Emanuele Ottolenghi, alertou para a suspeita de que organizações criminosas nacionais, como o PCC, estejam utilizando a estrutura financeira de grupos internacionais, como o libanês Hezbollah, para lavagem de dinheiro.

O presidente do ETCO, Edson Vismona, cobrou mais rigor na investigação dos fluxos financeiros do crime organizado. "Não dá para ficar tranquilo depois de ouvir que a maior organização criminosa do País está se juntando a uma organização terrorista internacional", afirmou Vismona.

Mais tecnologia e integração policial

O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Renato Dias, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, falaram sobre investimentos em tecnologia e integração dos órgãos de repressão. O diretor da PRF deu o exemplo do sistema Alerta Brasil no aumento da eficiência do policiamento nas estradas. O sistema lê as placas e pesquisa eventuais irregularidades com o veículo ou seu proprietário, orientando um trabalho mais preciso da polícia. "Antes, a cada dez abordagens que a PRF fazia, apenas uma identificava irregularidade. Hoje, esse índice é de uma em três", relatou.

O ministro Augusto Nardes cobrou a criação de um plano nacional para coordenar o trabalho de treze instituições públicas que, segundo ele, são responsáveis por algum aspecto do combate ao contrabando. "Se não tiver política integrada, não tem como combater o crime que está se alastrando em todo o Brasil", disse.

Perdas equivalentes à receita do IPTU

Os prefeitos de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior (PSDB), e Campinas, Jonas Donizette (PSB), e a pesquisadora Isabel Figueiredo, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) participaram de um painel sobre o impacto do contrabando nas cidades.

Marchezan Júnior defendeu maior integração entre os órgãos fazendários e de repressão ao crime federais, estaduais e municipais para ações conjuntas contra o crime.

Já o prefeito de Campinas falou sobre as perdas que o contrabando provoca aos cofres municipais. "Sem contrabando, as cidades teriam uma receita adicional equivalente à arrecadação do IPTU", afirmou Donizette.

A pesquisadora do FBSP cobrou dos políticos a criação de um sistema nacional que estabeleça claramente as atribuições dos diferentes entes da federação e de cada instituição em relação à segurança pública, à integração entre eles e às suas fontes de financiamento.

Contratação de pesquisa Datafolha sobre a

Percepção da população sobre o contrabando

Em 2018, o ETCO contratou nova pesquisa do Datafolha para acompanhar a evolução da opinião pública a respeito do contrabando, que representa importante causa de concorrência desleal e provoca também problemas na área da segurança e evasão fiscal. Divulgado em março, o estudo mostrou que os brasileiros já estavam bem informados sobre esses males e, em ano de eleições, demonstravam tendência a votar em candidatos com propostas de enfrentar o contrabando com mais rigor.

A maioria dos entrevistados achava que o governo vinha sendo conivente com o crime organizado em relação ao comércio de cigarros contrabandeados (79%), disse que não votariam em um candidato a presidente sem determinação para enfrentar o problema (86%) e defendeu medidas mais duras para enfrentar o problema, incluindo o fechamento da fronteira entre o Brasil e o Paraguai (62%), principal origem do produto ilegal.

A percepção dos entrevistados sobre o avanço do contrabando estava de acordo com os números. Segundo levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), essa modalidade criminosa havia movimentado R$ 146 bilhões em 2017, número 12% superior ao ano anterior, provocando prejuízos às empresas que atuam dentro da lei, ao fisco, à segurança pública e aos consumidores desprotegidos das garantias oferecidas pelos produtos legais.

O Datafolha ouviu 2.081 pessoas acima de 16 anos, em 129 municípios, entre os dias 5 e 8 de fevereiro de 2018. Confira outros números da pesquisa.

Venda de produtos ilegais no centro de São Paulo

Os males associados ao mercado ilegal

Percentual de entrevistados que concordaram com cada afirmação

87% Aumenta os riscos à saúde já que esses produtos não são fiscalizados pelo governo brasileiro

86% Reduz a arrecadação de impostos

86% Prejudica o comércio e a indústria do Brasil

86% Incentiva o crime organizado e o tráfico de drogas e armas

73% Reduz os empregos de brasileiros

As soluções defendidas pela população

As medidas apoiadas pela maioria dos entrevistados

74% Mais investimentos nas ações de segurança nas fronteiras

64% Adoção de leis com penas mais duras para o crime de contrabando

57% Mais investimentos nas ações de combate ao mercado ilegal

51% Fechamento dos comércios que forem flagrados vendendo cigarros contrabandeados

As fraudes mais comuns

Confira as práticas ilícitas mais usadas por empresas inescrupulosas para ganhar dinheiro à custa do consumidor, do concorrente honesto e do fisco.

- **Adulteração de combustíveis:** Mistura de substâncias mais baratas, com tributação menor, ou até mesmo água, no caso do etanol.
- **Bomba fraudada:** Adulteração da bomba de abastecimento, que passa a marcar um volume maior do que o efetivamente colocado no tanque do veículo.
- **Combustível roubado:** Venda ao consumidor de produto roubado durante o transporte ou mesmo de oleodutos da Petrobras.
- **Sonegação e inadimplência tributária:** Empresas simulam operações para pagar menos impostos, como vendas interestaduais, realizam importações fraudulentas ou deixam de pagar tributos de maneira contumaz, ocultando os verdadeiros donos e deixando a dívida com laranjas.

Sindicom se transforma em associação

Plural em defesa da ética no setor de combustíveis

Em 2018, a principal entidade de representação dos distribuidores de combustíveis, associada do ETCO, alterou sua estrutura, ampliou o foco de ação, assumiu novo nome e reforçou o trabalho em defesa da ética concorrencial. Na mudança, o Sindicom foi rebatizado como Plural (Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência) e passou a se organizar em câmaras setoriais focadas em diferentes áreas do negócio. "A entidade se moderniza de forma a atender aos novos preceitos e legislações. E passa a ter mais flexibilidade para atuar, tornando-se ainda mais ágil", resumiu o presidente executivo Leonardo Gadotti.

Um dos projetos mais importantes da Plural é o Movimento Combustível Legal, que reúne diversas iniciativas para conscientizar o consumidor e pressionar o poder público no combate às diferentes fraudes praticadas por concorrentes inescrupulosos. O segmento convive com diversas práticas ilícitas. Muitas prejudicam diretamente o consumidor, como a adulteração de produtos ou da própria bomba de abastecimento.

Outra fraude comum consiste em não pagar os impostos devidos, que chegam a representar quase a metade do preço do produto, e transferir essa vantagem indevida aos preços, provocando concorrência predatória. Os devedores contumazes de tributos se beneficiam da lentidão da justiça para lucrar durante anos e deixar dívidas impagáveis em nome de sócios laranjas, prejudicando empresários honestos e os serviços públicos que seriam bancados por esses impostos.

Um estudo da Fundação Getulio Vargas divulgado em julho de 2017 mostrou que a sonegação e a inadimplência no setor de combustíveis provocam uma perda de R$ 4,8 bilhões por ano aos cofres públicos. Levantamento da Plural descobriu também que existiam em 2018 cerca de R$ 60 bilhões inscritos na dívida ativa da União e dos estados referentes a tributos não pagos por empresas do setor – a maior parte irrecuperáveis.

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, falou sobre a importância do trabalho da Plural e do Movimento Combustível Legal. "Nós temos o quinto maior mercado de combustíveis do mundo. O setor contribuiu com mais de R$ 134 bilhões em impostos no ano de 2017, representando a principal fonte de tributos para os Estados. Não é possível admitir que um segmento tão importante ainda conviva com tantos problemas", afirmou Vismona. "Todo brasileiro que tem compromisso com a construção de um país mais forte e mais justo deveria se engajar nessa causa."

Patrocínio e participação em
Fórum Exame sobre combate à ilegalidade

O ETCO e a revista *Exame* se uniram na realização, no dia 24 de maio de 2018, em São Paulo, do Fórum Combate à Ilegalidade, para discutir impactos do contrabando, da falsificação e da pirataria para as empresas e a economia brasileira. O ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o economista Samuel Pessôa, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), e o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, fizeram palestras sobre o tema, seguidas de debates com especialistas no assunto. O evento foi transmitido na página da *Exame* no Facebook (http://bit.ly/2VjM9pj). A cobertura do evento também foi divulgada no site da revista (https://abr.ai/2NrMeoc).

O criminalista Eduardo Muylaert e o presidente do Instituto Ethos, Caio Magri (à dir), em um dos debates do evento.

"Nós temos que procurar reduzir o número de impostos, simplificar o modelo tributário. Simplificação tributária pode ajudar o Brasil a crescer, estimular a atividade empreendedora, diminuir a elisão fiscal, tornar a concorrência mais leal e diminuir a judicialização."

Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo

No ano passado, o Brasil perdeu R$ 146 bilhões com o contrabando e a pirataria. Esse é o impacto na economia, mas existe um lado mais profundo e mais perverso. Esse dinheiro movimenta organizações criminosas, então, além de afastar investimentos, prejudicar a concorrência, o consumidor e o erário, também traz o estímulo à criminalidade."

Edson Vismona, presidente do ETCO

"Precisamos de uma simplificação tributária que reverta o alto nível de litígio do modelo atual. No Brasil, o Judiciário custa para o governo 1,5% do PIB. Em qualquer país civilizado, essa conta é 0,4%. O governo brasileiro gasta três a quatro vezes mais, sem contar o custo das empresas em departamentos contábeis gigantescos."

Samuel Pessôa, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/IBRE)

"A pirataria e o contrabando atrasam o país como um todo e atrapalham a sociedade brasileira. Hoje, no Brasil, de cada dois cigarros consumidos, um não paga nenhum imposto, não segue nenhuma norma da regulamentação sanitária e vem financiando o crime organizado."

Liel Miranda, presidente da Souza Cruz

"O Brasil precisa sair dessa situação de acreditar que o roubo de carga, a falsificação, a adulteração, a sonegação fiscal são crimes que podem se acomodar dentro do nosso espírito, do nosso jeitinho brasileiro. A gente tem que acabar com esse pensamento."

Antonio Ferreira Martins, vice-presidente jurídico da distribuidora de combustíveis Raízen

"Segundo o Ibope, 23% dos calçados adquiridos no País são produtos falsificados. Estamos falando de um universo de 18 milhões de pares que poderiam gerar um impacto de aproximadamente R$ 1 bilhão a mais no faturamento dos nossos associados, que deixam de investir R$ 200 milhões no Brasil por causa da falsificação."

Marina Carvalho, presidente da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo

O 4º Encontro da ALAC foi realizado no Palácio do Itamaraty, em Brasília

Organização do primeiro encontro da

Aliança Latino-Americana Anticontrabando no Brasil

O contrabando afeta vários países da América Latina, as quadrilhas que comandam o crime são transnacionais e as autoridades de segurança sabem que a solução exige ação conjunta. Para promover a cooperação, em 2016, representantes de governos e entidades da sociedade civil de quinze nações da região criaram a Aliança Latino-Americana Anticontrabando (ALAC). Os membros são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A entidade tem a missão de sugerir, debater e pressionar os governos na busca de instrumentos conjuntos de enfrentamento ao crime e faz reuniões periódicas em diferentes localidades. O ETCO integra a iniciativa e foi o responsável pela realização da primeira reunião do grupo no Brasil, em 2018. O 4º Encontro da ALAC ocorreu nos dias 28 e 29 de agosto, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, e teve o presidente do Instituto, Edson Vismona, como copresidente *pro tempore*. O evento contou com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), patrocínio do FNCP (Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade), da Ápice (Associação pela Indústria e Comércio Esportivo), da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), da ABTA (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura) e do BPG (Grupo de Proteção à Marca), além de apoio institucional do Ministério das Relações Exteriores.

Diversas autoridades dos países-membros participaram do evento, incluindo três ministros de Estado brasileiros (Aloysio Nunes Ferreira, das Relações Exteriores; Raul Jungmann, da Segurança Pública; e Sérgio Etchegoyen, do Gabinete de Segurança Institucional). Eles falaram sobre os danos que o contrabando inflige à sociedade, reafirmaram a importância da atuação conjunta entre os países e prometeram ações concretas de cooperação.

Houve grande participação também de entidades empresariais do Brasil e dos demais países-membros.

O evento produziu várias propostas de aprofundamento da integração dos países no combate ao contrabando, que foram sintetizadas em um documento que recebeu o nome de Declaração de Brasília *(veja quadro)*.

Após o encontro, o presidente do ETCO participou, a convite do Ministério das Relações Exteriores, de duas importantes reuniões de trabalho para discutir ações concretas dos órgãos de segurança dos países da região no combate ao crime organizado transnacional. Em outubro, em uma reunião bilateral sobre segurança pública entre os governos brasileiro e paraguaio, Vismona apresentou o diagnóstico e as recomendações da ALAC com relação ao comércio ilegal, especialmente o contrabando de cigarros do Paraguai para o Brasil. Nos dias 7 e 8 de novembro de 2018, tratou desses temas em reuniões com grupos técnicos, chefes de polícia e ministros de Segurança dos países do Mercosul, em Montevidéu.

Os trabalhos serviram como preparação para o encontro que os ministros de Segurança do bloco tiveram no mesmo local. "Nessas oportunidades, enfatizamos a importância de enxergar o problema do contrabando em toda a sua dimensão, como uma das atividades mais lucrativas do crime organizado e como fator de instabilidade crescente em toda a região", afirmou Vismona. O ETCO foi a única entidade do setor privado a participar dessas reuniões.

"São R$ 130 bilhões de perdas dos setores e mais o que deixa de ser arrecadado pela Receita Federal [R$ 16 bilhões], o que é extremamente grave. Além do fato de que esses lucros servem de capital de giro para outras atividades criminosas."

Raul Jungmann, ministro da Segurança Pública

"Hoje, o contrabando não é mais uma atividade artesanal. O contrabando e a pirataria estão cada vez mais integrados a outras modalidades criminosas. Sem essa parceria, dificilmente conseguiríamos vitória significativa nesse combate."

Aloysio Nunes Ferreira, ministro das Relações Exteriores

"Estamos trabalhando para que possamos compartilhar estruturas e recursos tecnológicos nas fronteiras. O problema é o mesmo: é tão ilegal traficar drogas aqui no Brasil quanto em qualquer país da região."

Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional

Após evento, ETCO participou de reuniões sobre segurança no Paraguai e no Uruguai

Declaração de Brasília

Documento oficial com as propostas aprovadas no 4º Encontro da ALAC

Os países participantes da ALAC, reiterando o compromisso de continuar aplicando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Untoc) e seus Protocolos, bem como os instrumentos pertinentes acordados na região, reconhecendo o respeito irrestrito à autonomia e independência de cada país na luta contra o contrabando em suas diversas manifestações e conscientes da necessidade de os países conjugarem esforços na busca articulada e coordenada de medidas e mecanismos eficazes para combater o contrabando na região, envidarão esforços para lograr:

1 **O reforço dos mecanismos** existentes de coordenação, integração, monitoramento e controle no combate ao contrabando com vistas a avançarmos na sua erradicação, no prazo mais breve possível.

2 **A cooperação** na área de inteligência financeira (combate à lavagem de dinheiro).

3 **Um maior equilíbrio tributário** e regulatório para que as discrepâncias entre os países não representem solo fértil para desvantagens competitivas às industrias formalmente estabelecidas.

4 **Para tal efeito,** indicamos a instituição de um Grupo de Trabalho Interinstitucional Público-Privado (GTIPP), que se encarregará de realizar um levantamento, em cada um dos países membros e dos organismos internacionais de que sejam parte, da legislação vigente relativa ao combate ao contrabando e seus delitos conexos.

5 **O Grupo de Trabalho** deverá, igualmente, levantar dados sobre a legislação que ainda não esteja em vigor e realizar um diagnóstico de quais as dificuldades para fazer que entrem em vigência.

6 **O GTIPP levantará** um diagnóstico sobre a implementação das medidas estabelecidas nos instrumentos internacionais, consolidará essas informações e recomendará à Presidência Pro Tempore da ALAC ações coordenadas de controle e de combate pelos Governos, de forma a mitigar, de maneira estrutural, aquelas práticas criminosas com vistas à sua erradicação, no prazo mais breve possível.

7 **O GTIPP deverá** se reunir no mínimo quadrimestralmente e será composto por representantes convidados do setor público competentes para enfrentar o contrabando e dos setores privados interessados em oferecer subsídios e informações pertinentes.

8 **Delinear estratégias** comuns e medidas operacionais, em conformidade com seu ordenamento jurídico interno (Acordo Operacional sobre Implementação de Ações na Luta contra a Pirataria, Contrabando de Cigarros e demais Produtos Sensíveis para cada Estado, XVI RMI Mercosul 2004).

9 **Apoiar a constituição** da Ameripol dotada de personalidade jurídica internacional com carta de plenos poderes, em sintonia com a Europol.

10 **O GTIPP deverá** levar suas conclusões e recomendações às reuniões anuais da ALAC, para que sejam tomadas as decisões correspondentes pela Aliança.

Brasília, 29 de agosto de 2018
Edson Luiz Vismona
Copresidente pro tempore da ALAC (setores empresariais)

Grandes nomes do direito e da segurança pública participaram do evento do ETCO e do Correio Braziliense

Apoio a pesquisa e seminário sobre

10 medidas contra o mercado ilegal

Enfrentar o contrabando de maneira efetiva e duradoura exige entender suas múltiplas causas – e atuar em todas elas. Para contribuir nessa direção, em 2018 o ETCO encomendou uma investigação profunda sobre o tema ao Centro de Estudos de Direito Econômico Social (Cedes).

O resultado foi um estudo que recebeu o nome de 10 Medidas Contra o Mercado Ilegal, com recomendações nas esferas política, jurídica, legal, tributária, policial, social e econômica *(veja quadro)*. O trabalho foi apresentado e debatido em um seminário realizado pelo ETCO e pelo jornal *Correio Braziliense* no mês de setembro de 2018, em Brasília. Além dos autores do estudo, o evento teve a participação de autoridades e especialistas no assunto.

Coordenado pelo professor Luciano de Souza Godoy, da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, o estudo analisou a legislação vigente, as normas técnicas e os projetos de lei contra o contrabando em tramitação, a posição dos tribunais e de instâncias administrativas no julgamento dos criminosos e propostas para otimização dos recursos disponíveis e criação de novas ferramentas para o combate ao mercado ilegal. "O trabalho é uma primeira reunião e análise das diversas ferramentas já disponíveis, que pode indicar um caminho para a consolidação dessas ferramentas e a criação de um marco legal específico para o contrabando", explicou Godoy.

No debate no *Correio Braziliense*, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, concordou com as conclusões do estudo patrocinado pelo ETCO. "A legislação precisa ser aperfeiçoada, pois as multas e punições ainda são baixas, quando, na verdade, é esse mercado que gira a economia do crime organizado", disse.

O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Renato Dias, defendeu investimentos em estrutura e tecnologia para combater os crimes que ocorrem nas estradas, como o contrabando, o tráfico de drogas e o roubo de cargas.

O presidente do ETCO, Edson Vismona, destacou a importância de haver continuidade das políticas públicas contra o contrabando. "Um grande problema do Brasil é que, quando se iniciam ações importantes, muda o governo e começa tudo do zero. Precisamos avançar e consolidar iniciativas para obter resultados", afirmou.

Outros especialistas defenderam mudanças no Judiciário. "Não adianta só aumentar a pena, precisa ter aplicabilidade da sanção e fazer com que a pessoa que cometeu a infração não seja apenas investigada, mas processada e, se culpada, presa, sofrendo a punição seja qual for a sanção aplicada", afirmou Cristiano Carvalho, professor de Direito Tributário da USP.

O presidente da Associação Nacional dos Juízes Federais (Ajufe), Fernando Mendes, reconheceu a necessidade de mudança no processo penal brasileiro para tornar o combate ao contrabando mais efetivo. "Temos um modelo legal que não se traduz num modelo de efetiva punição, e essa sensação de que o modelo não funciona traz resultados à prática criminosa, que acaba valendo a pena", disse Mendes.

A impunidade representa uma das principais razões da criminalidade, segundo o professor Pery Shikida, pós-doutor em economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que estuda o tema há dezenove anos. Segundo ele, muitos brasileiros entram no mundo do crime por saber que o risco de serem pe-

gos é pequeno. "Existe 95% de chance de 'sucesso' de um criminoso em nosso país", lamentou.

Outro aspecto tratado por diferentes especialistas foi o papel da alta tributação de alguns produtos no estímulo ao contrabando – e a assimetria entre o imposto praticado no Brasil e no Paraguai. No caso do cigarro, por exemplo, os tributos aqui superam 70%, na média, e chegam a quase 90% em alguns estados. O país vizinho cobra 18%. "A alta tributação sobre o cigarro incentiva o crime organizado", alertou o professor de Direito Tributário da USP Cristiano Carvalho.

O presidente da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, concordou. "Uma reforma tributária seria essencial para o País, pois teria como consequência diminuir o lucro desses crimes. O papel de instituições como a Receita e a Justiça é fazer que o lucro inexista para quem transgride as leis", concluiu.

"Um grande problema do Brasil é que, quando se iniciam ações importantes, muda o governo e começa tudo do zero. Precisamos avançar e consolidar iniciativas para obter resultados."

Edson Vismona, presidente executivo do ETCO

"A legislação precisa ser aperfeiçoada, pois as multas e punições ainda são baixas, quando, na verdade, é esse mercado que gira a economia do crime organizado."

Raul Jungmann, ministro da Segurança Pública

"Temos um modelo legal que não se traduz num modelo de efetiva punição, e essa sensação de que o modelo não funciona traz resultados à prática criminosa, que acaba valendo a pena."

Fernando Mendes, presidente da Associação Nacional dos Juízes Federais

Profissionais que atuam no combate ao mercado ilegal assistiram à apresentação do estudo patrocinado pelo ETCO

As recomendações do estudo

Veja a lista das medidas propostas pela pesquisa do Cedes.
O detalhamento de cada uma delas pode ser consultado na internet

01 **Criar sistema** integrado de órgãos e entidades de inteligência para mapear possíveis rotas de escoamento de produtos do mercado ilegal

02 **Definir as** atribuições de cada órgão da Administração Pública para o combate ao mercado ilegal

03 **Destinar recursos** específicos para o combate ao mercado ilegal

04 **Instituir a** cooperação entre órgãos de fiscalização de diferentes países

05 **Estimular o** desenvolvimento socioeconômico nas regiões fronteiriças

06 **Fortalecer as** medidas punitivas acessórias ao combate ao contrabando

07 **Incluir os crimes** de contrabando e descaminho nas metas prioritárias dos Poderes Executivo e Judiciário

08 **Tornar mais** severo o tratamento criminal para os atos praticados por organizações criminosas

09 **Reequilibrar os** regimes tributários que estimulam o mercado ilegal

10 **Adotar medidas** especiais de tributação para devedores contumazes

PARA SABER MAIS: O estudo completo pode ser consultado no site www.dezmedidascontraoilegal.com.br

Marcas contrabandeadas do Paraguai são vendidas livremente nas ruas do País

Apoio à divulgação de

Pesquisa Ibope sobre contrabando de cigarros

O Ibope realiza todos os anos pesquisa sobre consumo de cigarros no Brasil, a qual representa o principal instrumento para medir a penetração do contrabando do produto no País. Em 2018, o trabalho constatou uma triste realidade: o cigarro ilegal já dominou mais da metade do mercado, com 54% de participação, na soma do contrabando (49%) com o que é produzido aqui por empresas que operam irregularmente (5%). O ETCO contribuiu na divulgação do estudo, mostrando o impacto dessa descoberta na economia e na vida dos brasileiros *(veja quadro)*.

O presidente do ETCO, Edson Vismona, enfatizou os prejuízos que o mercado ilegal provoca ao País, com perdas para a indústria e o comércio formais, a arrecadação de impostos, a saúde dos fumantes expostos a produtos sem nenhum controle sanitário e a própria vida dos brasileiros, em função da violência associada ao contrabando. "Já está mais do que provado que o contrabando de cigarros é uma das atividades mais lucrativas das mesmas quadrilhas que comandam o crime organizado e o tráfico de drogas e de armas", afirmou Vismona. "São eles que estão ficando com os recursos que o Estado deixa de arrecadar – e usam esse dinheiro para manter o seu poder na base da força, da corrupção de agentes públicos e do aliciamento de novos criminosos."

O presidente do ETCO considera importante o País reforçar a repressão ao contrabando nas fronteiras, nas rodovias e nos pontos de venda. Mas acredita que a solução exige também a adoção de medidas para reduzir a diferença na carga tributária sobre o cigarro praticada no Brasil e no Paraguai.

O impacto do contrabando de cigarros na vida dos brasileiros

Com base na pesquisa do Ibope, em estimativas da indústria nacional e em dados oficiais do governo, o ETCO trouxe a público as seguintes conclusões:

- **O PREÇO MÉDIO** do cigarro ilegal caiu de R$ 3,36 para R$ 3,31 – bem abaixo do valor mínimo estipulado pelo governo para conter o tabagismo (R$ 5). O Ibope identificou também a presença de maços com dez unidades, proibidos no Brasil, sendo vendidos por preços em torno de R$ 1,50.

- **EMBORA OS REGISTROS** oficiais indiquem queda de 9,1% nas vendas do produto, o estudo mostrou que o consumo total na verdade subiu de 102,7 bilhões para 106,2 bilhões de cigarros ao ano, em função do avanço do mercado ilegal. Por causa do baixo preço, os fumantes consumiram, em média, dois cigarros a mais por dia.

- **EM 2018,** a evasão fiscal no setor, estimada em R$ 11,5 bilhões, ultrapassou o total da arrecadação de impostos com a venda de cigarros, que caiu pelo quarto ano consecutivo. O valor equivale a 1,6 vez o orçamento da Polícia Federal e seria suficiente para construir 23 mil Unidades Básicas de Saúde ou 121 mil casas populares.

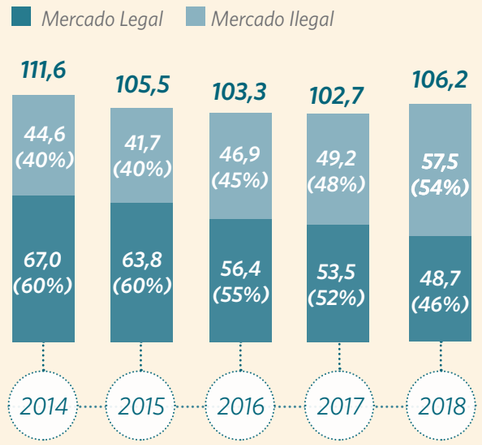
- **EMBORA OS PARAGUAIOS** consumam cerca de 2,3 bilhões de cigarros por ano, as indústrias do país produziram 62 bilhões de unidades em 2017, exportando oficialmente apenas 1,3 bilhão. Ou seja: 94% da produção é destinada ao contrabando.

- **QUATRO DAS DEZ** marcas mais consumidas no Brasil são produzidas no Paraguai, inclusive as duas primeiras (Eight e Gift), que não são vendidas lá e destinam-se especialmente ao contrabando.

- **NO PARAGUAI,** os cigarros pagam 18% de impostos – a taxa mais baixa de toda a América Latina. No Brasil, esse índice era de 71%, em média.

A evolução do mercado ilegal

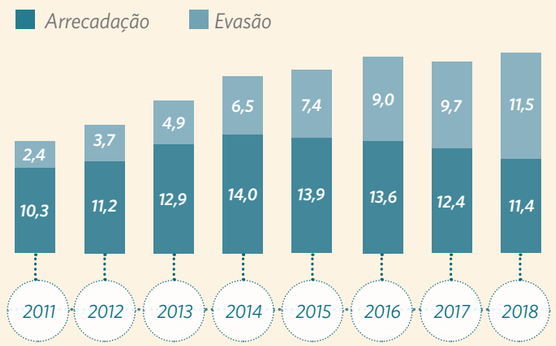
O consumo oficial e o contrabando nos últimos anos (em bilhões de unidades e % de mercado)



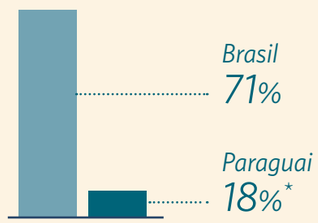
Fonte: Ibope Inteligência

Evasão superou a arrecadação

A evolução do impacto do contrabando nas contas públicas (em R$ bilhões)



Imposto no Brasil e no Paraguai



***até 31/12/2018**

Pesquisa em parceria com o Ibre/FGV sobre evolução da economia informal

Uma parceria do ETCO com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) acompanha a evolução da economia informal no País desde 2003. O estudo estima o total de bens e serviços produzidos no País sem comunicação aos órgãos públicos nem pagamento de tributos representado pelo chamado Índice de Economia Subterrânea (IES). O dado referente a 2018 foi divulgado em dezembro e mostrou o quarto ano consecutivo de aumento da economia informal, que atingiu 16,9% do Produto Interno Bruto (PIB), retornando ao patamar verificado na pesquisa de 2011. Em valores absolutos, atingiu R$ 1,173 trilhão, valor equivalente ao PIB de países como Colômbia (R$1,2 trilhão), Grécia (R$1,1 trilhão) e Chile (R$ 1 trilhão).

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, considerou o crescimento consecutivo da economia subterrânea um duro golpe institucional ao País. "Essa economia que vive à margem do Estado traz prejuízos diretos para a sociedade, cria um ambiente de transgressão, estimula o comportamento econômico oportunista, com queda na qualidade do investimento e redução do potencial de crescimento da economia brasileira."

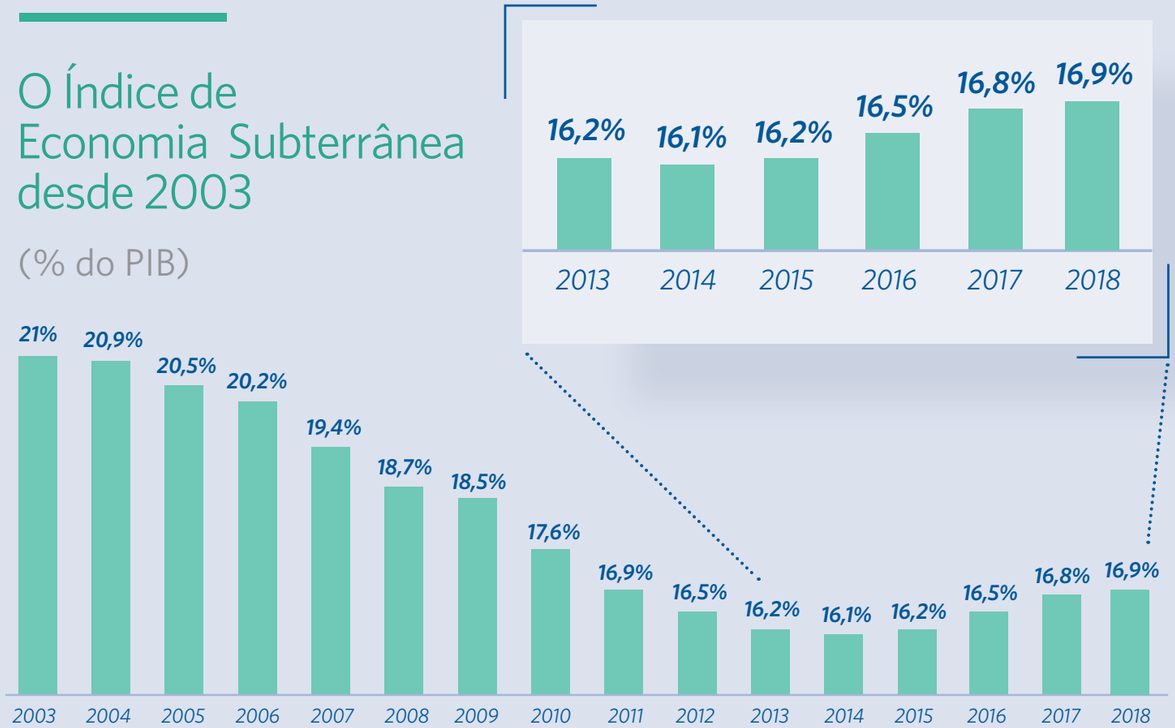
O IES é calculado a partir da ponderação de dois indicadores. Um deles é a demanda da população por dinheiro em espécie. Negócios clandestinos costumam fugir de transações bancárias, controladas pelo governo, e, quando eles crescem, aumenta também a procura por papel-moeda, cujo volume em circulação é um dado público. O outro componente é o trabalho informal, medido pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE.

Na avaliação do pesquisador da FGV/Ibre Fernando de Holanda Barbosa Filho, coordenador do estudo, a piora dos últimos anos reflete principalmente a crise econômica. "O Brasil não está estruturalmente pior do que à época em que o indicador apresentava uma trajetória de queda", afirmou. "Acreditamos que, à medida que a economia volte a se recuperar, conseguiremos mensurar também a retomada da queda da economia subterrânea."

Estudo mostrou, pelo quarto ano consecutivo, aumento das atividades informais no País

O Índice de Economia Subterrânea desde 2003

(% do PIB)



O avanço do trabalho informal é um dos componentes medidos pelo IES

Apoio ao Pró-Ética para valorizar o compliance *nas empresas*

O ETCO acredita que o fortalecimento do compliance nas empresas constitui um fator importante para prevenir a corrupção. Por isso, apoia o Pró-Ética, um projeto criado pelo Instituto Ethos e pela Controladoria-Geral da União (CGU) que avalia a qualidade de programas de integridade de companhias que atuam no Brasil. O ETCO integra o comitê gestor, juntamente com a Apex Brasil, a B3, a CNI, o Sebrae, o Ibracon, a CNC, a Febraban e a CNA.

Em 2018, o programa passou por uma reformulação que alterou seu regulamento e também sua periodicidade. O ciclo, que antes era de um ano, passou a dois anos. A mudança dá mais tempo para as empresas apresentarem seus projetos, se adequarem às exigências feitas na edição anterior e, para as aprovadas, exibirem o cobiçado selo de aprovação.

Quem está na lista hoje

3M, neoenergia, EY, Chiesi, Souza Cruz, ICTS, enel, ABB, Novaisb, GranEnergia, CPFL Energia, Tecnew, Alubar, radix, GranBio, Duratex, Unimed, natura, Grupo Fleury, ccee, Siemens, Itaú, Elektro

Elas foram aprovadas no processo de 2017.
As com * estavam também na lista de 2016.
Fonte: CGU

Procura vem crescendo

O número de empresas interessadas em participar do Pró-Ética vem dobrando a cada edição. Mas poucas conseguem ser aprovadas no processo.

Empresas que...

Acessaram o sistema	2015	97
	2016	195
	2017	375
Finalizaram o questionário	2015	56
	2016	91
	2017	198
Estavam aptas para a avaliação	2015	33
	2016	74
	2017	171
Foram aprovadas	2015	19
	2016	25
	2017	23

Campanha para combater práticas ilícitas no varejo

Inspirado pela campanha "Diga Não às Pequenas Corrupções", da Controladoria-Geral da União (CGU), em 2018 o ETCO patrocinou um trabalho de conscientização voltado a estabelecimentos do varejo de duas cidades do País. O trabalho consistiu em produzir e convencer donos de mercados, padarias e bares a afixar cartaz com mensagens em defesa da ética em seus estabelecimentos. A peça trazia uma mensagem principal ("Todos querem um Brasil sem corrupção: e você, está fazendo a sua parte?"), seguida de três questões ("Você vende produtos contrabandeados ou roubados?"; "Paga todos os impostos?"; "Vende álcool e cigarro apenas para maiores de 18 anos?"). Ao final, afirmava a importância da adesão dos comerciantes ressaltando que "suas atitudes ajudam a construir um país melhor".

A campanha envolveu 4 mil estabelecimentos nas cidades de Franca, no interior paulista, e Guarapuava, no Paraná.

Apoio ao PLS 284/17 *para combater o devedor contumaz de tributos*

Vismona com o senador Ricardo Ferraço e, na foto abaixo, com a senadora Ana Amélia

ETCO participou de discussões sobre o Projeto de Lei do Senado

O ETCO apoiou a tramitação do Projeto de Lei do Senado PLS 284/17, que promete corrigir um grave problema concorrencial de natureza tributária. Trata-se do combate ao devedor contumaz, um tipo de empresário inescrupuloso que utiliza brechas da lei e aproveita a lentidão da Justiça para operar negócios em segmentos de alta tributação sem pagar impostos.

Eles atuam de forma sofisticada, informando as vendas ao fisco para evitar o crime de sonegação fiscal, passível de prisão, mas deixando de recolher os tributos e recorrendo a inúmeros artifícios jurídicos para atrasar a cobrança. Enquanto isso, aproveitam a vantagem ilícita para reduzir preços de maneira artificial e praticar concorrência predatória.

Combater essa prática tem sido muito difícil. O principal motivo é que falta uma lei que diferencie o devedor contumaz do devedor comum, que precisa ser protegido de abusos por parte do fisco, e que permita ao Estado aplicar medidas especiais contra o devedor contumaz. Esse é um dos principais focos do PLS 284, de autoria da senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), que recebeu parecer favorável do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e, no final de 2018, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. "O ETCO entende que a aprovação desse projeto será uma vitória para todos os que defendem a ética nos negócios e sonham com um país mais justo", afirmou o presidente executivo do Instituto, Edson Vismona.

Três tipos de devedores

O PLS 284 distingue os devedores em três grupos. Saiba as diferenças:

DEVEDOR EVENTUAL: É a empresa que não paga tributos em caráter episódico, geralmente por dificuldades financeiras momentâneas. O PLS 284 não muda nada em relação a esse tipo de devedor.

DEVEDOR REITERADO: Deixa de pagar tributos por circunstâncias do negócio ou planejamento financeiro com alguma frequência. Acaba aderindo a programas de parcelamento do governo para regularizar sua situação fiscal. Se não provocar danos à concorrência, ficará fora do alcance da nova lei.

DEVEDOR CONTUMAZ: Não paga os tributos de forma sistemática e recorre a práticas ilícitas como utilização de laranjas, registro de endereços e sócios falsos e patrimônio insuficiente para satisfazer obrigações tributárias. O projeto prevê várias medidas para interromper a prática rapidamente e evitar danos ao ambiente concorrencial.

O que o projeto autoriza contra o devedor contumaz

1. Manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento.

2. Controle especial do recolhimento do tributo, de informações econômicas, patrimoniais e financeiras, bem como da impressão e emissão de documentos comerciais e fiscais.

3. Instalação compulsória de equipamentos de controle de produção, comercialização e estoque.

4. Antecipação ou postergação do fato gerador.

5. Concentração da incidência do tributo em determinada fase do ciclo econômico.

6. Adoção de alíquota específica, por unidade de medida, ou *ad valorem*, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência.

7. Adoção de regime de estimativa, assegurado ao sujeito passivo o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório.

Manifestos sobre Tributação e Segurança

entregues aos candidatos presidenciais

Em um ano tão importante para a democracia brasileira, o ETCO produziu e levou aos candidatos presidenciais dois manifestos com propostas para melhorar o ambiente de negócios e a situação do País de um modo geral: um sobre Tributação e outro sobre Segurança – este desenvolvido em parceria com o FNCP (Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade). Os documentos foram elaborados com o apoio do Conselho Consultivo do ETCO, que reúne especialistas de diferentes áreas. A iniciativa teve o objetivo de trazer esses temas para o debate público e obter o compromisso dos candidatos com projetos que o ETCO considera fundamentais para o desenvolvimento econômico.

O presidente executivo do Instituto, Edson Vismona, entregou os documentos em mãos aos principais candidatos, enfatizando sua importância para a promoção da ética concorrencial e o fortalecimento do ambiente de negócios no País.

Reproduzimos nas próximas páginas os dois manifestos.

Presidenciáveis receberam documentos com propostas do ETCO para melhorar o ambiente de negócios no Brasil

Álvaro Dias e Geraldo Alckmin foram alguns dos candidatos que receberam os manifestos das mãos do presidente do ETCO

MANIFESTO ETCO/FNCP

SEGURANÇA e DESENVOLVIMENTO

O país que os brasileiros merecem é aquele onde há respeito à dignidade das pessoas, com defesa da vida, do bem-estar das famílias e de um ambiente propício para empreender e gerar emprego e renda.

O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro – constituído por cerca de setenta entidades e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP) – se une com o governo federal, o Congresso, entidades empresariais e públicas para, juntos, lutar de forma contundente e permanente contra todas as formas de transgressão que afetam a segurança do nosso país e restringem o seu desenvolvimento econômico e social, em especial aquelas que alimentam o mercado ilegal e servem de fomento para a expansão do crime organizado.
A criminalidade se tornou sistêmica e merece uma solução à altura de sua dimensão. Em 2017, **as perdas com contrabando, falsificação, pirataria e evasão fiscal no Brasil alcançaram R$ 146 bilhões.** Este volume de recursos gerado pelo mercado ilegal financia as organizações criminosas, que se fortalecem cada vez mais, atuando nas fronteiras, estradas e nas cidades, ocupando espaços, afrontando o poder do Estado e aumentando a violência nos nossos municípios.
Além de municiar as facções criminosas, o mercado ilegal se entrelaça com a corrupção, o roubo de cargas, o tráfico de drogas e de armas e a lavagem de dinheiro. A segurança é afetada e os investimentos são reduzidos, em um círculo vicioso que afeta a geração de emprego e renda, impedindo o crescimento sustentável do País.
Os fatos que vêm ocorrendo no Rio de Janeiro, nas fronteiras – especialmente com o Paraguai – e nos presídios demonstram que é urgente articular ações permanentes. As iniciativas governamentais têm sido reconhecidas pelo setor produtivo e também pela sociedade, quando são adotadas práticas efetivas contra o crime organizado.
Queremos aqui reafirmar nosso compromisso na defesa dos interesses nacionais e na luta contra toda forma de ilegalidade. Este é um fundamento da democracia, e conclamamos hoje o governo federal e os candidatos que concorrerão na eleição deste ano a assumir os compromissos aqui apontados para assegurar direitos básicos e combater desvios de conduta inaceitáveis em nosso país, protegendo este grande patrimônio que é o povo brasileiro e o seu setor produtivo.

ASSIM, COM BASE EM DOIS POSTULADOS BÁSICOS:

I. Defesa da legalidade, com UM PROGRAMA EFETIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA integrando a administração pública por meio de ações coordenadas e envolvendo a União, os Estados e Municípios, com participação da sociedade civil no combate ao contrabando e ao descaminho, à pirataria, à falsificação, às fraudes, à sonegação fiscal, o roubo de carga e a lavagem de dinheiro.
II. Estímulo ao DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO por meio de incentivos para a maior formalização das atividades econômicas; a simplificação do sistema tributário em todos os níveis; diminuição da carga tributária que onera o cidadão; e o aperfeiçoamento da gestão pública, obedecendo as melhores práticas de governança existentes.

DEFENDEMOS OS SEGUINTES PONTOS:

1. Incentivar a desburocratização, reduzir a tributação e as obrigações acessórias, bem como eliminar as regulamentações excessivas que induzam o aumento da ilegalidade.
2. Fortalecer o combate às práticas dolosas de sonegação fiscal, evidenciadas na ação de devedores contumazes e em fraudes.
3. Dotar a Polícia Federal, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas, especialmente nas áreas fronteiriças, de recursos financeiros, humanos e tecnológicos.
4. Investir em programas de controle e monitoramento do lago de Itaipu e das estradas, com a ampliação do "Sistema Alerta Brasil" da Polícia Rodoviária Federal e promoção da integração com os sistemas já existentes nas rodovias estaduais, além da implantação do sistema de controle de monitoramento do lago de Itaipu (EMGEPRON/Marinha) de forma integrada ao SISFRON, na fronteira do Paraguai, consolidando os meios para combater o roubo de carga e o contrabando/descaminho.
5. Proibir o contingenciamento de recursos orçamentários destinados às atividades de segurança pública.
6. Apoiar a revisão e aprovação de leis: voltadas para o combate ao crime organizado; que punam com rigor crimes cometidos contra autoridades de segurança; que assegurem a segurança jurídica na defesa de marcas e o cumprimento de regulamentos técnicos; que garantam a defesa dos direitos de propriedade intelectual, incluindo o combate às ligações clandestinas de TV e o bloqueio judicial de sites precipuamente dedicados à prática de crimes.
7. Criar e manter centros integrados de inteligência e controle nas fronteiras e em pontos estratégicos nas rotas rodoviárias (internacionais e interestaduais), com a participação das forças policiais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícias Estaduais), da Receita Federal e das Forças Armadas.
8. Destinar os recursos necessários para a implementação das ações já estabelecidas pelo Programa de Proteção Integrada das Fronteiras (PPIF).
9. Fomentar ações de intercâmbio de informações com países fronteiriços, estimulando as ações coordenadas para o combate ao crime transnacional.
10. Fortalecer as ações de inteligência aduaneira em portos e aeroportos para o eficaz combate às práticas de contrabando/descaminho, contrafação, subfaturamento e declarações fiscais ou de conteúdo falsas.
11. Desenvolver o intercâmbio de informações entre os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e Ministérios Públicos Federais e Estaduais, definindo programas de inteligência e articulação de gestão, com formação de Forças-Tarefa, fortalecendo as ações de combate à lavagem do dinheiro originado pelo mercado ilegal.
12. Criar gabinetes integrados de segurança nas cidades, com a participação das forças de segurança federal, estadual, municipal e sociedade civil, articulando ações de combate ao crime organizado que atua no comércio ilegal, fraudes, roubo de carga, tráfico de drogas, armas e trabalho escravo.
13. Institucionalizar a interação da aduana brasileira com os órgãos anuentes, fazendo com que as regulamentações sejam válidas não só para os produtos aqui fabricados, mas também para os importados.
14. Fortalecer a fiscalização das agências reguladoras, privilegiando a estrutura técnica, dotando-as com os recursos necessários para que combatam o comércio ilegal, inclusive na internet, que ignora os regulamentos técnicos, causando concorrência desleal e prejuízo aos consumidores.
15. Apoiar e incentivar a adoção de mecanismos eficazes de controle de produção e rastreabilidade que permitam a identificação da originalidade dos produtos, combatendo o comércio de produtos falsos, roubados ou a produção com a prática da sonegação fiscal.
16. Agilizar o registro e a proteção efetiva da propriedade intelectual, fortalecendo a ação do INPI.

Estamos certos que tais iniciativas melhoram a segurança pública e contribuem para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

MANIFESTO ETCO

TRIBUTAÇÃO e DESENVOLVIMENTO

Ética e legalidade são pilares do Estado Democrático de Direito essenciais para a boa convivência entre as pessoas, as empresas e a administração pública, além de conferir aos atos e negócios públicos e privados a credibilidade e a segurança jurídica indispensáveis à promoção do desenvolvimento.
Comprometido com esses propósitos, o ETCO tem desenvolvido inúmeras iniciativas de interesse público, especialmente no âmbito do combate à sonegação fiscal.
O Brasil precisa superar as múltiplas crises que atravessou recentemente, envolvendo a crescente degradação dos serviços públicos, a violência em suas diferentes dimensões, a corrupção sistêmica, a crise fiscal, o desemprego e a recessão.
Nesse contexto, o ETCO se dispõe a apresentar sugestões que possam contribuir com a melhoria do ambiente de negócios e o combate às práticas ilegais que afetam severamente a concorrência leal, consubstanciadas nas seguintes diretrizes gerais:

I - Vedação a qualquer pretensão de aumento da carga tributária, visando prevenir a indesejada expansão do mercado ilegal que inviabiliza o equilíbrio concorrencial.

II - Simplificação e racionalização dos regimes tributários, notadamente no que concerne aos combustíveis.

III - Desburocratização tributária.

IV - Disciplinamento do art. 146-A da Constituição, objetivando prevenir os desvios tributário-concorrenciais.

V - Implementação de sistemas físicos antifraude e antissonegação.

VI - Resolução dos grandes litígios tributários.

VII - Reforma radical do processo tributário.

ESPECIFICAMENTE, O ETCO POSTULA AS SEGUINTES MEDIDAS:

a) Implementação da incidência monofásica do ICMS sobre combustíveis, conforme previsto no art. 155 § 2º, h, e § 4º da Constituição.

b) Equiparação de alíquotas dos tributos das correntes de hidrocarbonetos com os de combustíveis equivalentes.

c) Instituição de um programa de desburocratização tributária, conforme o PLS - Complementar nº 406, de 2016, com ênfase nas seguintes medidas: instituição de cadastro fiscal único, simplificação dos processos para abertura e fechamento de empresas, eliminação das exigências de certidão negativa, compensação universal de tributos no âmbito de um mesmo ente federativo, consolidação anual da legislação e fixação de prazo para resposta às demandas na Administração Tributária.

d) Apoio à tramitação do PLS – Complementar nº 284, de 2017, que dispõe sobre o disciplinamento do art. 146 – A da Constituição.

e) Instituição e manutenção dos sistemas físicos antifraude e antissonegação, nomeadamente o controle de vazão de bebidas, selos para o setor de tabaco, combate à adulteração de combustíveis.

f) Elaboração de projetos de lei visando à superação dos grandes litígios tributários, como dedutibilidade do ágio, tributação de vinculadas no Exterior, responsabilidade solidária de sócios, dissolução irregular de empresas, substituição tributária, planejamento tributário abusivo.

g) Reforma radical do processo tributário, conforme proposto na PEC nº 112, de 2015,e na PEC nº 57, de 2016, visando os seguintes objetivos: fixação de normas gerais processuais tributárias, integração entre os processos tributário administrativo e judicial e reestruturação dos órgãos do contencioso administrativo fiscal, conferindo-lhes caráter especializado e autonomia.

Projetos para as eleições em parceria com a Folha de S.Paulo e a revista Veja

Temas relacionados à ética concorrencial e à melhoria do ambiente de negócios não costumam ganhar destaque em campanhas eleitorais, apesar de sua enorme importância para o País. Para trazê-los um pouco mais ao debate público nas eleições de 2018, o ETCO fez parceria com dois dos principais órgãos de imprensa brasileiros para a produção de conteúdo patrocinado: o jornal *Folha de S.Paulo* e a revista *Veja*.

Os veículos levaram aos candidatos Jair Bolsonaro, Fernando Haddad, Ciro Gomes, Geraldo Alckmin e Marina Silva perguntas sobre o que pretendiam fazer, se eleitos, para enfrentar os problemas nacionais que afetam o ambiente de negócios.

O projeto tratou de questões como simplificação tributária, controle das fronteiras, combate ao comércio ilegal e legislação sobre o crime organizado, buscando conhecer a posição dos candidatos e registrar seu compromisso com esses temas. As respostas foram publicadas em uma série de reportagens na *Folha de S.Paulo* e nas páginas e no site da revista *Veja*, incluindo vídeos com entrevistas feitas especialmente para o projeto. Veja no quadro quais foram as promessas do então candidato Jair Bolsonaro.

As promessas do presidente

Nos projetos do ETCO com a *Folha de S.Paulo* e a revista *Veja*, o então candidato Jair Bolsonaro fez as seguintes promessas:

- **COLOCAR A SEGURANÇA PÚBLICA** como uma das principais prioridades do governo, juntamente com educação e saúde.
- **FORTALECER O PAPEL** das Forças Armadas no combate ao crime organizado, com maior integração com outros órgãos de segurança pública para aumentar a proteção das fronteiras.
- **UNIFICAR TRIBUTOS,** reduzir a carga e simplificar de forma radical o sistema tributário.
- **DIMINUIR A BUROCRACIA** sobre as empresas por meio de medidas como a criação de um Balcão Único para centralizar vários procedimentos.
- **TRATAR COM ESPECIAL RIGOR** o tema da corrupção, apoiando propostas de mudança legislativa do Ministério Público Federal.

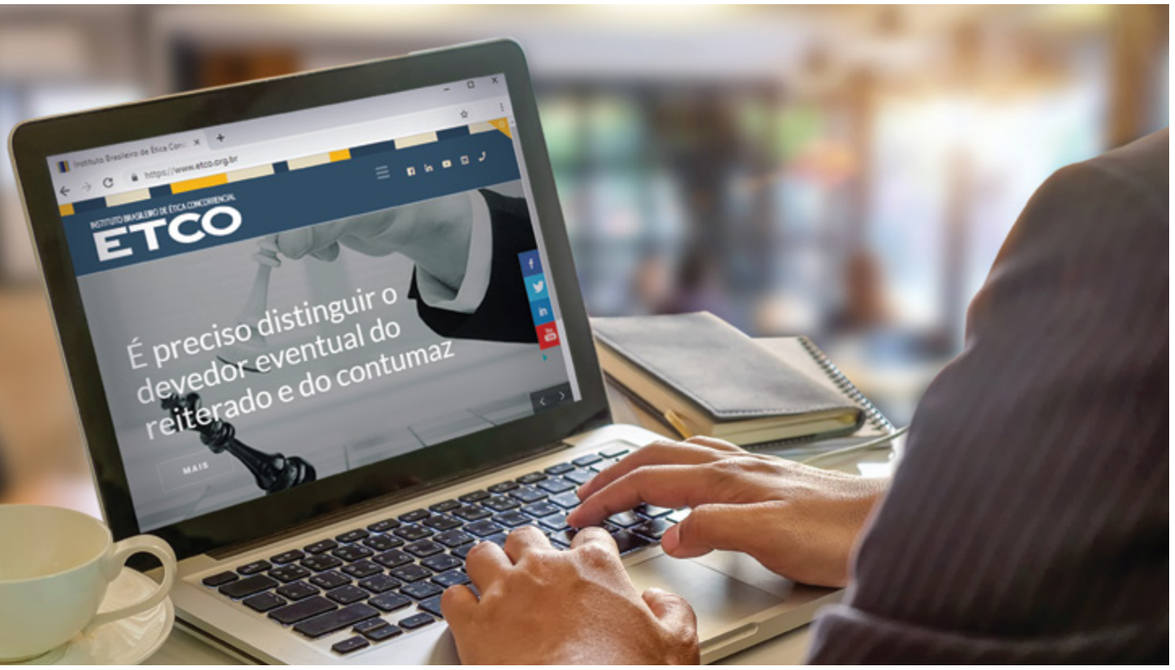
Páginas do projeto publicadas na *Folha* e na *Veja*

Aumento de 91% das citações na imprensa

A atuação do ETCO costuma ter ampla repercussão na imprensa. Em 2018, no entanto, essa presença foi muito maior. De acordo com a empresa de monitoramento Info4, o Instituto foi citado em 2.223 reportagens na mídia ao longo do ano, um crescimento de 91% em relação a 2017.

Uma das principais razões desse aumento foram as eleições. A decisão de focar em projetos para levar as discussões sobre ética concorrencial aos debates eleitorais teve o impacto esperado e gerou grande repercussão.

A estratégia de realizar esse movimento em parceria com grandes veículos de comunicação também teve peso no resultado, uma vez que jornais como *Folha de S.Paulo* e *Correio Braziliense* e revistas como *Veja* e *Exame* exercem grande influência sobre os demais veículos de imprensa.



Mais visitas no site

O site do ETCO tem se tornado uma fonte importante de pesquisas sobre ética concorrencial na internet. Os projetos que desenvolvemos, nossas publicações e outros conteúdos que produzimos ou compartilhamos em nosso portal vêm atraindo a cada ano um volume maior de internautas.

Em 2018, não foi diferente. O número de visitantes únicos atingiu 221.437 pessoas, um crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Esse resultado representa mais de 600 pessoas diferentes acessando o site a cada dia.

Os visitantes consultaram um total de 1,036 milhão de páginas, um aumento de 21%. O tempo médio que cada internauta permaneceu no site por visita foi 32% maior, alcançando 4 minutos e 38 segundos.

A evolução da audiência

	2017	2018	
Visitantes únicos	184.411	221.437	+20%
Visitas por dia	505	606	+21%
Páginas vistas	855.416	1.036.140	+21%
Tempo por visita	3'31"	4'38"	+32%

Duas edições da Revista ETCO

Voltada para um público influente, formado por autoridades e lideranças de segmentos interessados na ética concorrencial, a *Revista ETCO* aborda em profundidade os temas e os projetos desenvolvidos pelo Instituto. Em 2018, publicamos duas edições.

A edição nº 22, lançada em junho, apresentou em chamada principal de capa "Caminhos para o Brasil Crescer com Ética nos Negócios", reunindo contribuições de nomes importantes que participaram dos eventos realizados pelo ETCO no primeiro semestre, como o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) e o economista Marcos Lisboa.

Em dezembro, saiu a edição nº 23, que destacou como manchete de capa a pesquisa acadêmica que o ETCO patrocinou para identificar as mudanças nos campos legal e institucional de que o Brasil precisa para tornar o combate ao mercado ilícito mais efetivo. A reportagem apresentou também a visão de especialistas no assunto e autoridades dos três poderes sobre as medidas apresentadas no estudo, debatidas em um seminário que realizamos no segundo semestre.

Logomarca e vídeo comemorativos

A área de comunicação criou uma logomarca e produziu um vídeo especial para comemorar os 15 anos do ETCO. O vídeo contou a história, os propósitos e os projetos do Instituto para o futuro e mostrou também os trabalhos que estavam sendo realizados para levar a bandeira da ética concorrencial para os debates das campanhas eleitorais. Foi apresentado no encontro especial do Conselho Consultivo que marcou a celebração dos quinze anos do ETCO, em agosto, e em outros eventos.

Agenda 2018

Principais eventos

JAN

• **Reunião** do Conselho de Transparência da Ouvidoria-Geral do Estado de São Paulo.
• **Reunião** com Fábio Lopes, Prefeitura de São Paulo.
• **Audiência** com o secretário Municipal de Justiça, Anderson Pomini.

FEV

• **Audiência** com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sérgio Etchegoyen, e o embaixador Nelson Antonio Tabajara, diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança.
• **Audiência** com o ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes.
• **Almoço** com o deputado federal Efraim Filho, presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação.
• **Audiência** com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim.
• **Audiência** com o delegado Eugênio Coutinho, diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal (Dicor).
• **Audiência** com a subprocuradora-geral da República, Luiza Cristina Fonseca Frischeisen (Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal).
• **Audiência** com o diretor substituto da Polícia Rodoviária Federal, Marcelo Aparecido Moreno.
• **Audiência** com o Secretário da Segurança Pública (SP), Mágino Alves Barbosa Filho.
• **Reunião** na Receita Federal com o subsecretário de Arrecadação e Atendimento, João Paulo Ramos Fachada Martins da Silva, e com o coordenador-geral de Atendimento da Receita Federal, Antônio Henrique Lindemberg Baltazar.

MAR

• **Seminário** Tributação e Desenvolvimento Econômico – *Correio Braziliense*/ETCO (Ver pág. 8).
• **Seminário** Segurança e Desenvolvimento – *Folha de S.Paulo*/ETCO (Ver pág. 12).
• **Audiência** pública da Comissão do Código Comercial no Senado Federal para discussão sobre o futuro código.
• **Reunião** ordinária do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).
• **Reunião** do Conselho de Gestão da Secretária Municipal de Segurança Urbana (SMSU).
• **38ª Convenção** Anual do Canal Indireto (painel Ética e Compliance).
• **Fórum Estadão -** Combate a Fraude e Sonegação.
• **Reunião** do Conselho Consultivo do ETCO.

ABR

• **Participação** no 14º Encontro Nacional de Inteligência Fiscal (ENIF) para debater os problemas do devedor contumaz de tributos.
• **Participação** no seminário Mercado Ilegal: a Ameaça do Crime Transnacional no Cone Sul, em Foz do Iguaçu (PR).
• **Reunião** do Conselho Fiscal do ETCO.

MAI

• **Audiência** com a subprocuradora-geral da República, Luiza Cristina Fonseca Frischeisen (Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal).
• **Reunião** ordinária do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).
• **Audiência** com Rogério Galloro, diretor-geral da Polícia Federal.
• **Fórum** Combate à Ilegalidade – *Exame*/ETCO (Ver pág. 20).
• **Reunião** do Conselho de Gestão da Secretaria Municipal Urbana (SMSU).

JUN

• **Audiência** com o secretário de Justiça do Município de São Paulo, Rubens Rizek.
• **Reunião** com o embaixador Nelson Antonio Tabajara, diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança.
• **Audiência** pública da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados sobre contrabando, descaminho, falsificação de produtos e seus impactos econômicos e sociais no Brasil.
• **Seminário** Impacto do Roubo de Cargas sobre Competitividade da Indústria (Fiesp).
• **Audiência** com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes.
• **Audiência** com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

JUL

• **Audiência** com o Ministro da Segurança, Raul Jungmann.
• **Reunião** do Conselho de Gestão da Secretaria de Segurança Urbana da Cidade de São Paulo.

AGO

• **Reunião** ordinária do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).
• **Audiência** no Gabinete de Segurança Institucional.
• **Audiência** no Ministério de Relações Exteriores.
• **Seminário** Combate ao Mercado Ilegal (Curitiba).
• **Reunião** na Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal.
• **Reunião** na Coordenadoria de Repressão da Receita Federal.
• **Audiência** com o ministro Raul Jungmann e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).
• **Reunião** com Ana Carolina Caran, diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.
• **Conselho** Consultivo do ETCO.
• **Audiência** com a senadora Ana Amélia Lemos.
• **4º Encontro da ALAC –** Aliança Latino-Americana Anticontrabando (Ver pág. 22).
• **Reunião** com Fábio Lepique, secretário executivo da Prefeitura de São Paulo.
• **Conselho** Consultivo do ETCO.
• **II FONACRE –** Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação, em Campinas (SP).
• **Correio Debate:** O ICMS no setor de Combustíveis, em Brasília.
• **Reunião** com o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge.

SET

• **Debate** 10 medidas contra o Mercado Ilegal – *Correio Braziliense*/ETCO (Ver pag. 26).
• **Reunião** com a diretoria da US Chamber of Commerce.
• **Reunião** com a Aliança pela Venda Segura de Medicamentos na Internet (ASOP).
• **Audiência** com a ministra substituta da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Yana Dumaresq Sobral Alves.

OUT

• **Reunião** entre representantes dos governos e da sociedade civil do Brasil e do Paraguai sobre segurança nas fronteiras.
• **Reunião** técnica com a área de segurança do Mercosul.
• **Reunião** com os chefes de Polícia do Mercosul.

NOV

• **Consulta** pública na Agência Nacional do Petróleo sobre verticalização da cadeia de distribuição de combustíveis.
• **Audiência** pública no Senado Federal sobre o Projeto 786, relativo à embalagem de cigarros.

DEZ

• **Divulgação** do índice de Economia Subterrânea 2018 (Ver pág. 32).
• **Reunião** ordinária do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).
• **Reunião** do Conselho Consultivo ETCO.
• **Reunião** com Carlos da Costa, nomeado secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia.
• **Instituição** da Comissão de Combate ao Mercado Ilegal da Cidade de São Paulo.

NOSSAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM QUINZE ANOS

Avanços na ética concorrencial que ajudamos a construir

Desde 2003, quando foi fundado, o ETCO participou de diversos projetos que contribuíram para melhorar o ambiente de negócios no País. Veja alguns dos principais.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO 15 ANOS

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Contribuímos na concepção, na implantação e no aperfeiçoamento do projeto da Nota Fiscal Eletrônica, que começou a vigorar em 2006. O sistema melhorou a fiscalização, diminuiu a sonegação e reduziu custos para o fisco e para as empresas.

SISTEMAS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO

Ajudamos a desenvolver mecanismos para controlar a fabricação de produtos de alto potencial de sonegação fiscal, como o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios) e o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

ÍNDICE DE ECONOMIA SUBTERRÂNEA

Criamos, em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE-FGV), o Índice de Economia Subterrânea, que mede o tamanho da economia informal brasileira desde 2003.

REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

Apoiamos a apresentação e aprovação, por meio de Emenda Constitucional, do Artigo 146-A da Constituição Federal, que autoriza a criação de sistemas diferenciados de cobrança de impostos de contribuintes que adotam práticas tributárias desleais à concorrência.

UNIÃO DE FORÇAS PELO MERCADO LEGAL

Criamos, em parceria com o Fórum Nacional de Combate à Pirataria e à Ilegalidade (FNCP), o Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, que une forças para atuar de maneira coordenada no combate ao contrabando, à pirataria, a fraudes e à falsificação de produtos e defende ações de controle de fronteiras. O Movimento conta com o apoio de setenta entidades. No âmbito das cidades, também em parceria com o FNCP, criamos o Movimento Legalidade, que une forças entre sociedade civil, prefeituras, Receita Federal, Polícia Federal, Parlamento, órgãos estaduais e a Frente Nacional de Prefeitos, para combater, de forma efetiva e contundente, o mercado ilegal nas cidades brasileiras.

ESTUDOS, SEMINÁRIOS E PUBLICAÇÕES

Patrocinamos dezenas de pesquisas, eventos e livros sobre temas relacionados com a ética, incluindo a série Cultura das Transgressões no Brasil, que reúne contribuições de grandes pensadores brasileiros, incluindo o sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Integramos comitês que combatem práticas ilícitas transnacionais que provocam concorrência desleal. Em 2016, aderimos à Aliança Latino-Americana Anticontrabando (ALAC), que congrega entidades da sociedade civil e órgãos governamentais de quinze nações da América Latina na busca de ações conjuntas para deter o contrabando na região; em 2017, passamos a atuar nesse sentido também com a World Trade Organization (WTO).

COMBATE À PIRATARIA E AO CRIME CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Participamos do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), um órgão de inteligência do Ministério da Justiça do Governo Federal, composto por representantes do poder público e da sociedade civil e dedicado ao combate a esses crimes.

RECONHECIMENTO A EMPRESAS ÉTICAS

Fazemos parte do comitê gestor do Pró-Ética, um programa de reconhecimento a empresas comprometidas com a ética nas suas relações com o setor público. O Pró-Ética foi criado em 2010 pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com o Instituto Ethos.

Reunião do Conselho Consultivo de dezembro de 2018

Conselhos orientam e supervisionam a atuação do ETCO

A atuação do ETCO tem a orientação principal de dois conselhos. O Consultivo, presidido pelo tributarista Everardo Maciel, é formado por grandes nomes do setor empresarial, juristas, intelectuais e lideranças de diversos setores e proporciona ao Instituto uma visão mais ampla sobre os problemas nacionais e os rumos a ser trilhados. Já o Conselho de Administração, sob a presidência de Victório De Marchi, atua com a diretoria executiva na definição e supervisão dos objetivos estratégicos e dos planos de ação do ETCO. *(A composição dos conselhos está na página ao lado.)*

As reuniões do Conselho Consultivo contam sempre, além da colaboração de seus membros, com palestras de convidados especializados em temas importantes para o futuro do País. Em 2018, foram três encontros. O primeiro, em março, teve como convidado o economista e presidente do Insper, Marcos Lisboa, que tratou das raízes mais profundas da crise brasileira e dos caminhos para superá-la.

O segundo, em agosto, marcou também a comemoração dos quinze anos do ETCO e recebeu diversos convidados ilustres, como o economista Pérsio Arida, que foi um dos criadores do Plano Real e falou sobre as reformas de que o Brasil precisa, o cientista político Antonio Lavareda, que apresentou um estudo sobre o cenário eleitoral e as perspectivas para as eleições, e o presidente interino da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, que fez uma apresentação detalhada dos motivos que vêm reduzindo a participação da indústria na economia brasileira.

A terceira reunião, em dezembro, teve a presença do jornalista político William Waack, que falou sobre as perspectivas do governo Jair Bolsonaro.

Os encontros do Conselho de Administração com a direção executiva do ETCO são mais frequentes. Em 2018, foram nove reuniões para discutir e aprovar novas ações e avaliar os trabalhos e gastos realizados. As demonstrações financeiras de 2018 foram examinadas pela empresa de auditoria Deloitte, aprovadas pelo Conselho Fiscal e ratificadas pelo Conselho de Administração.

ETCO-Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial

Presidente Executivo
Edson Luiz Vismona
Gerente Executiva
Andrea Lopes

Conselho de Administração
Presidente
Victório Carlos De Marchi
Conselheiros Titulares: Alexandre Kruel Jobim, Jorge Luiz Oliveira, Fernando Bomfiglio
Conselheiros Suplentes: Disraelli Galvão, Lilian Egoshi, Delcio Sandi, Leandro de Barros Silva

Conselho Fiscal
Presidente: Marcus Emanuel Galeb
Conselheiros Titulares: Dilmar Madureira, Mônica Saraiva, Luciano França Souza
Conselheiros Suplentes: Uira Tonon Gomes, Mozart Santos Rodrigues Filho, Jesus Meijomil, Luiza Weguelin de Melo

Conselho Consultivo
Presidente
Everardo de Almeida Maciel
Conselheiros: André Franco Montoro Filho, Aristides Junqueira, Celso Lafer, Ellen Gracie Northfleet, Evandro Guimarães, Gesner Oliveira, Hamilton Dias de Souza, Hoche Pulchério, João Grandino Rodas, João Roberto Marinho, Jorge Raimundo Filho, Leonardo Gadotti Filho, Luiz Fernando Furlan, Maria Tereza Sadek, Nelson Jobim, Roberto Abdenur, Roberto Faldini, Tércio Sampaio, Theo van der Loo
Consultor: Marcílio Marques Moreira

Associados ETCO
Ambev, Coca-Cola, Pepsi, Plural e Souza Cruz.
Colaborador voluntário: Pernod Ricard

Endereço: Rua Viradouro, 63, conj. 61, Itaim Bibi, São Paulo (SP), tel.: (11) 3078-1716. **Site:** www.etco.org.br

Relatório de Atividades 2018
Produção editorial: TAG Content
Jornalista responsável: Demetrius Paparounis
Arte: Nuvem Studio
Revisão: Rosane Albert

Fotos: pg. 07 Flavio Santana, pg.8, 10, 11 Ed Alves/CB/D.A Press. pg.12 e 13, 14, 15 Kandrade, pg. 16 divulgação, pg. 20, 21 divulgação, pg. 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 Hugo Schaly, pg. 30 divulgação, pg. 36 Pedro França, pg. 38 divulgação, pg. 48 Flavio Santana, as demais Shutterstock e reprodução.

Promover a ética concorrencial e melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Essa é a nossa bandeira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO 15 ANOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO 15 ANOS

www.etco.org.br
RUA VIRADOURO, 63, CONJ. 61,
ITAIM BIBI, SÃO PAULO (SP)
tel.: (11) 3078-1716
CEP: 04538-110